

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 794.143 - SP (2015/0254636-8)**

**RELATORA** : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE** : THIAGO RAMOS PIGNALOSA  
**AGRAVANTE** : GIORGIO PIGNALOSA  
**ADVOGADO** : ANDRÉA RIBEIRO RAMOS PEREIRA E OUTRO(S) - SP250103  
**AGRAVADO** : BANCO ABN AMRO REAL S.A  
**ADVOGADOS** : MARCELO FERREIRA LIMA - SP151585  
CRISTIANE ALBUQUERQUE FLYGARE - SP176659  
**INTERES.** : STELIO CARNEIRO DA CUNHA JUNIOR  
**INTERES.** : ANA LUCIA BRANDAO CARNEIRO DA CUNHA

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto em face de acórdão com a seguinte ementa:

EMBARGOS DE TERCEIRO - Fraude à execução - Caracterização - Declaração nos autos da ação de execução - Sentença que julgou procedentes os embargos de terceiro, reconhecendo que os adquirentes do imóvel estavam de boa -fé - Reforma que se impõe - Executados que vieram aos autos daquela ação, exclusivamente, com o escopo de buscar o cancelamento da prenotação pendente na matrícula do imóvel, oferecendo bens em nome de terceiros - Hipótese em que, após o levantamento da restrição, foi averbada a alienação do bem - Escritura de venda e compra que foi lavrada antes do cancelamento da prenotação, nela constando a existência de execução em face dos vendedores - Adquirente do usufruto que, posteriormente, passou a atuar como causídico dos executados naquela demanda - Situação em que, ainda que não exista prova de que havia relação de confiança, ao tempo do negócio jurídico, entre cliente e patrono, este possuía conhecimento técnico suficiente a verificar que a demanda que pendia contra os vendedores seria capaz de re duzi-los à insolvência e que a venda poderia ser declarada fraudulenta - Presunção de boa -fé afastada - Sentença reformada para se julgar improcedentes os embargos de terceiro - Recurso provido.

Alegou-se, no especial, violação dos artigos 535, 123, 548, 555, § 1º, e 593

do revogado Código de Processo Civil, sob o argumento de que o acórdão local é omissivo, que não se respeitou competência de outro órgão para o julgamento da apelação e que não houve fraude à execução.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Não é omissivo, nem carece de fundamentação a decisão judicial que, embora decida em sentido contrário aos interesses da parte, examina suficientemente as questões que lhe foram propostas adotando entendimento que ao órgão julgador parecia adequado à solução da controvérsia.

Assim:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REGULAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. INÉPCIA DA INICIAL. HONORÁRIOS. COMPENSAÇÃO.

1. Ausência de violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil, pois, embora rejeitados os embargos de declaração, a matéria em exame foi devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada.
2. Inviabilidade de acolher a alegação de inépcia da inicial, pois a convicção formada pela Corte local decorreu dos elementos existentes nos autos, os quais não são possíveis de ser reexaminados nesta via especial. Incidência da Súmula 7/STJ.
3. Fixada a compensação de honorários na vigência do CPC/1973, deve ser mantida já que acolhida até então pelo ordenamento jurídico, conforme elucidado no enunciado da Súmula n. 306/STJ, tendo em vista que a sucumbência é regida pela lei vigente à data da deliberação que a impõe ou modifica.
4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1131853/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 8/2/2018, DJe 16/2/2018)

Quanto à alegação de incompetência da 38ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de origem, que julgou o recurso de apelação em detrimento da 23ª Câmara, que alega o recorrente ser a competente por força de prevenção, o Superior Tribunal de Justiça tem entendimento de que a competência interna dos tribunais é meramente relativa, cabendo

à parte alegar a incompetência tão local possa e antes de iniciado o julgamento pelo órgão dito incompetente.

A propósito:

AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO NO JULGADO. INEXISTÊNCIA. COMPETÊNCIA INTERNA. NULIDADE RELATIVA. PRECLUSÃO. HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

1. O acórdão recorrido enfrentou coerentemente as questões postas a julgamento, mediante clara e suficiente fundamentação, de modo que não merece reparo algum.

2. É pacífica a jurisprudência do STJ no sentido de que "a alegação de inobservância de regras de distribuição processual entre os órgãos fracionários de um Tribunal constitui nulidade relativa que deve ser arguida pela parte interessada na primeira oportunidade, sob pena de preclusão" (REsp 1.370.263/MG, Rel. Ministro Sidnei Beneti, Terceira Turma, julgado em 20/2/2014, DJe 25/9/2014).

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1442869/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 17/9/2019, DJe 24/9/2019)

No caso dos autos, o agravante só alegou a incompetência 16 (dezesseis) meses depois da distribuição do recurso especial e após o julgamento que lhe foi desfavorável.

Leia-se excerto do acórdão de embargos de declaração:

"Entre a distribuição do recurso de Apelação (12.12.2011) e seu julgamento (24.04.2013) transcorreram mais de 16 (dezesseis) meses sem que os ora em bargantes tivessem feito absolutamente qualquer menção sobre eventual prevenção de outra câmara, que teria conhecido recursos cujos Acórdãos sequer haviam sido juntados ou copiados a estes autos. Agora, após o julgamento deste, sabedores que passaram da condição de vencedores a vencidos, utilizaram-se de expediente que, ao que tudo indica, foi arditamente guardado para o oportuno momento" (e-STJ, fl. 588).

Esta Corte Superior, ademais, não admite a chamada nulidade de algibeira, situação em que a parte aguarda o melhor momento para a alegação de nulidades, ferindo a boa-fé e a lealdade processual.

A saber:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA INTIMAÇÃO. "NULIDADE DE ALGIBEIRA. PRECLUSÃO. PRECEDENTES DO STJ. SÚMULA 83. MATÉRIA CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A questão trazida pela parte, em que pese seu prévio conhecimento, fora propositadamente omitida e só suscitada no momento tido por conveniente pela mesma, traduzindo-se em estratégia rechaçada por esta Corte Superior ("nulidade de algibeira").

2. A alegação de nulidade por suposta irregularidade na intimação deve ser suscitada pela parte interessada na primeira oportunidade que tenha para se manifestar nos autos, sob pena de preclusão.

Precedentes desta Corte.

3. Embora seja dever de todo magistrado velar a Constituição, para que se evite supressão de competência do egrégio STF, não se admite apreciação, em sede de recurso especial, de matéria constitucional, ainda que para viabilizar a interposição de recurso extraordinário.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1486132/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 24/9/2019, DJe 30/9/2019)

Quanto ao mais o Tribunal local consignou e concluiu que "os compradores se qualificaram como advogados por ocasião da lavratura de escritura pública de venda e compra, o que denota que tinham, em tese, conhecimento técnico suficiente de que a demanda que tramitava junto à 27ª Vara Cível da Comarca da Capital poderia reduzir o alienante à insolvência e que a venda do imóvel cujos direitos lhes eram outorgados poderia ser objeto de reconhecimento, pelo judiciário, como fraudulenta.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dito isto, o cancelamento da averbação premonitória que pendia sobre a matrícula do imóvel não teve o condão de produzir qualquer efeito sobre o reconhecimento da fraude à execução.

Em primeiro lugar, pelo fato de que o cancelamento somente se deu em 10.3.2010 (fls. 32), mais de um mês após a lavratura da escritura de venda e compra.

Em segundo lugar, por ter sido o referido levantamento objeto de operação conduzida pelos executados nos autos do processo de execução com o único escopo de obtê-lo.

É possível verificar, pela narrativa contida neste voto, que sua atuação naqueles autos, conforme cópia trasladada a este processo, visava, desde o momento em que se deram por citados, a obter o cancelamento da averbação e alienar de maneira fraudulenta o imóvel objeto destes embargos de terceiro" (e-STJ, fl. 432).

Inequívoco, pois, que o reexame da causa esbarra nas disposições do verbete n. 7 da Súmula desta Casa.

Diante do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora